



# Diário Oficial

## ATOS DO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL

### ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO Nº 023/2011

1 – Fica adjudicado o objeto da Licitação modalidade Convite nº 001/2011, à empresa Silva & Campagnolo Consultoria Ltda com o valor total de R\$ 70.740,00 (setenta mil, setecentos e quarenta reais).

2 – Fica homologado o procedimento licitatório referente ao Convite nº 004/2011 - Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de avaliação da Administração Municipal e motivação da equipe de comando e servidores municipais.

Paço Municipal em, 20 de abril de 2011

ANTONIO EL ACHKAR  
Prefeito Municipal

### ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO Nº 024/2011

1 – Fica adjudicado o objeto da Licitação modalidade Concorrência Pública nº 002/2010:

O Lote 01: "Linha: Capinzal", à empresa Transblens Transportes de Passageiros e Escolares Ltda, com o valor da tarifa de R\$ 8,00 (oito reais);

O Lote 03: "Linha: Ressaca", à empresa Transportadora Lorentur Ltda, com o valor da tarifa de R\$ 2,00 (dois reais);

O Lote 04: "Linha: Pirai Mirim", à empresa Mariano Dobis, com o valor da tarifa de R\$ 6,92 (seis reais e noventa e dois centavos);

O Lote 05: "Linha: Machadinho", à empresa Atilio dos Santos Flugel & Cia. Ltda, com o valor da tarifa de R\$ 1,27 (um real e vinte e sete centavos);

O Lote 10: "Linha: Urbana", à empresa Transportadora Lorentur Ltda, com o valor da tarifa de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos);

2 – Fica homologado o procedimento licitatório referente a Concorrência Pública nº 002/2010 - Outorga de Concessão Pública da prestação de serviço público de transporte coletivo urbano e rural de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no Município de Pirai do Sul, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, por conta e risco da concessionária, podendo ser prorrogado por igual período, à critério exclusivo do Município de Pirai do Sul, à PESSOA JURÍDICA de direito privado.

Paço Municipal em, 20 de abril de 2011

ANTONIO EL ACHKAR  
Prefeito Municipal

### AVISO DE CANCELAMENTO Nº 002/2011

1 - Fica cancelada por falta de proponentes interessados, a licitação, modalidade Pregão, na forma presencial nº 021/2011 – Aquisição de cortinas em tecido plástico blackout, para uso da Secretaria Municipal de Educação.

2 – Deve a Secretaria Municipal de Administração e Previdência tomar as providências necessárias.

Paço Municipal em, 20 de abril de 2011

ANTONIO EL ACHKAR  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 063 /2011

SÚMULA: Designa Comissão de Vistoria e Avaliação de Patrimônio do Município, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pirai do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam designadas os seguintes funcionários abaixo qualificados para em comissão e sobre a presidência do primeiro designado, vistoriar e avaliar os bens móveis e imóveis de propriedade do município de Pirai do Sul;

Lauro dos Santos Flugel – Diretor de Suprimentos e Almoxarifado;  
Adalberto da Silva – Almoxarife;  
Neuton Prestes – Servidor Público;  
Francisco Orlando Venante – Assistente Administrativo;  
Márcio Fernandes de Lima – Secretário Municipal de Administração e Previdência.

Art. 2º Os trabalhos da comissão ora nomeada serão considerados de relevância para o Município e não serão remunerados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirai do Sul, 18 de abril 2011.

ANTONIO EL ACHKAR  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 064/2011

SÚMULA: Exonera Diretora Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pirai do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e; Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município; Considerando o disposto na Lei Complementar nº 001/2009;

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a servidora pública municipal Sra. ROSEMARA DE MIRANDA OLIVEIRA, RG 30.032.115-6, CPF 252.041.348-40, da função de Diretora de Avaliação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrário.

Pirai do Sul, 20 de abril de 2011

ANTONIO EL ACHKAR  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 065/2011

SÚMULA: Regulamenta o Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que especifica e dá outras providências.

ANTONIO EL ACHKAR, Prefeito Municipal de Pirai do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, a aprovação pela maioria absoluta dos conselheiros;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica regulamentado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do Município de Pirai do Sul.

Parágrafo Único: O Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é parte integrante deste Decreto como Anexo Único.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pirai do Sul, 20 de abril de 2011

ANTONIO EL ACHKAR  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 065/2011

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL

CAPÍTULO I  
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Lei Municipal no. 1709 de 07 de outubro de 2009, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Pirai do Sul.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I. Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II. Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III. Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V. Acompanhar, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB, conforme disposto no art. 25 da Lei no 11.494, de 20/06/2007;

VI. Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação

do Conselho no prazo regulamentar;

VII. Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme Parágrafo Único do art. 27 da Lei 11.494, de 20/06/2007;

VIII. Observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX. Exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

X. Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, descritos nos §§ 5º e 6º do art. 24 da Lei no 11.494/2007;

XI. Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infraestrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho, com base no disposto no § 10 do art. 24 da Lei no 11.494/2007.

XII. Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento, análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira, acompanhado de parecer conclusivo, e notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos;

XIII. Exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal.

§ 1º O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 2º As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

CAPÍTULO II  
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição, de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal no. 1709, de 07 de outubro de 2009 e conforme o estabelecido no inciso IV do § 1º do art. 24 da Lei no 11.494, de 20/06/2007:

I. 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II. 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III. 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV. 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;



# Diário Oficial

## ATOS DO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL

V. 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI. 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII. Um representante do Conselho Municipal de Educação (caso exista no Município);

VIII. Um representante do Conselho Tutelar (caso exista no Município).

§ 1º Outros segmentos podem ser representados no Conselho, desde que definido na legislação municipal e que seja observada a paridade/equilíbrio na distribuição das representações.

§ 2º A cada membro titular corresponderá um suplente.

§ 3º Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez, conforme estabelecido no § 11 do art. 24 da Lei 11.494/2007.

§ 4º A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo.

§ 5º Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

§ 6º São impedidos de integrar o Conselho, conforme disposto no § 5o do art. 24 da Lei no 11.494/2007:

I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;

II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III. Estudantes que não sejam emancipados; e

IV. Pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviço terceirizado ao Poder Executivo Municipal.

§ 7º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho com direito a voz.

### CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO SEÇÃO I Das reuniões

Art. 4º As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo Único: O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 5º As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§ 1º A reunião não será realizada se o quorum não se completar até 30 (trinta) minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os consel-

heiros presentes e os que justificadamente não compareceram.

§ 2º Quando não for obtida a composição de quorum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quorum.

§ 3º As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo presidente, a quem competirá a lavratura das atas.

### SEÇÃO II Da ordem dos trabalhos e das discussões

Art. 6º As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I. Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II. Comunicação da Presidência;
- III. Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;
- IV. Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;
- V. Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

### SEÇÃO III Das decisões e votações

Art. 7º As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 8º Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 9º As decisões do Conselho serão registradas no livro de ata.

Art. 10 Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º Os resultados da votação serão comunicados pelo presidente.

§ 2º A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

### SEÇÃO IV Da presidência e sua competência

Art. 11 O presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar essas funções o representante do Poder Executivo Municipal, conforme disposto no § 6º do art. 24 da Lei no 11.494/2007.

Parágrafo Único: O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 12 Compete ao presidente do Conselho:

- I - Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- III - Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;
- IV - Dirimir as questões de ordem;
- V - Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;
- VI - Aprovar "ad referendum" do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;
- VII - Representar o Conselho em juízo ou fora dele.

### SEÇÃO V Dos membros do Conselho e suas competências

Art. 13 A atuação dos membros do Conselho do

FUNDEB, de acordo com § 8o do art. 24 da Lei no 11.494/2007:

- I - Não será remunerada;
- II - É considerada atividade de relevante interesse social;
- III - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e
- IV - Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

- a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
- b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e
- c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 14 Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.

Art. 15 Compete aos membros do Conselho:

- I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Participar das reuniões do Conselho;
- III. Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;
- IV. Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;
- V. Exercer outras atribuições, por delegação do Conselho.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 17 Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 18 Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 19 O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseja receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 20 O Conselho poderá, sempre que julgar conveniente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Lei no 11.494/2007:

- I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;
- II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documen-

tos referentes a:

- a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;
- b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;
- c) convênios com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público;
- d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspeções in loco para verificar:  
a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;  
b) a adequação do serviço de transporte escolar;  
c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 21 Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município/Estado e ao Ministério Público.

Art. 22 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Cimara Sutil de Oliveira  
PRESIDENTE DO FUNDEB

### Extrato do Contrato nº 056/2011

Contratante: Município de Pirai do Sul  
Contratado: Cristiano de Souza da Silva Pirai  
Objeto: Carnes e frios para uso SETEP.  
Valor: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)  
Licitação: Pregão, na forma presencial nº 018/2011  
Assinatura do Contrato: 14/04/2011  
Término do Contrato: 31/12/2011

### Extrato do Contrato nº 057/2011

Contratante: Município de Pirai do Sul  
Contratado: Eurípedes Valença Rocha Filho  
Objeto: Carnes e frios para uso SETEP.  
Valor: R\$ 7.510,00 (sete mil, quinhentos e dez reais)  
Licitação: Pregão, na forma presencial nº 018/2011  
Assinatura do Contrato: 14/04/2011  
Término do Contrato: 31/12/2011

### Extrato do Contrato nº 058/2011

Contratante: Município de Pirai do Sul  
Contratado: Marli Vicente Ferraz Açougue  
Objeto: Carnes e frios para uso SETEP.  
Valor: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)  
Licitação: Pregão, na forma presencial nº 018/2011  
Assinatura do Contrato: 14/04/2011  
Término do Contrato: 31/12/2011

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 004/2011

SÚMULA – Dispõe sobre a criação de comissão de avaliação de desempenho de servidores concursados para fins de estabilidade.

Faço saber que a Câmara Municipal de Pirai do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Dalney José Maciel Bueno, Presidente, no uso de minhas atribuições, conferidas pelo art. 33, IV da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO



# Diário Oficial

ATOS DO MUNICÍPIO DE PIRAI DO SUL

Art. 1º. Fica criada a comissão para avaliação dos servidores concursados, nos termos do art. 41, § 4º, da Constituição Federal, a qual será composta pelos vereadores Edson Antonio Staron, Maricelso Ribeiro, Tânia Regina Datola de Mello, e os servidores comissionados, Sueli Soares e João Carlos Ribeiro.

Art. 2º. A comissão criará e/ou estabelecerá os critérios de avaliação, devendo ser os mais claros e objetivos quanto possível, com apresentação de pareceres e/ou relatórios semestrais aprovados por maioria de seus membros.

Parágrafo único: A comissão poderá solicitar, caso sinta necessidade, de auxílio de um profissional da área de atuação do servidor avaliado, o qual faça parte do quadro efetivo ou comissionado do Legislativo, ou mesmo do Poder Executivo.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 25 de fevereiro de 2011.

Dalney José Maciel Bueno  
Presidente

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 005/2011

SÚMULA – Dispõe sobre a alteração da PRAZO DE DURAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO para apurar possíveis irregularidades no convênio entre MUNICÍPIO e BENEFICIÊNCIA CAMILIANA DO SUL.

Faço saber que a Câmara Municipal de Pirai do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Dalney José Maciel Bueno, Presidente, no uso de minhas atribuições, conferidas pelo art. 33, IV da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições, promulga a seguinte:

## RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica alterado artigo 2º da Resolução 008/2010, de 21 de dezembro de 2010, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 2º. O prazo de duração da presente COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, fica prorrogado por mais 90 dias, iniciando-se a prorrogação após o encerramento do prazo primitivo, que se dá em 15/04/2011.”

Art. 2º. Permanecem inalterados os dispositivos que não colidirem com a presente alteração, entrando esta em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 11 de abril de 2011.

Dalney José Maciel Bueno  
Presidente

## TERMO DE RATIFICAÇÃO

### TERMO DE RATIFICAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2011

Ratifico o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta municipalidade em data de 19 de abril de 2011, em que figura como parte interessada a Secretaria Municipal de Educação, de molde a autorizar a dispensa de licitação, amparada no artigo 25 da Lei Federal nº 8666/93, visando à contratação de grupo informal de produtores rurais da agricultura familiar, que atenderam ao edital de chamamento nº 003/2011, para fornecimento dos seguintes gêneros alimentícios:

AGRICULTOR FAMILIAR – Nº DAP	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Alberto Konageski SDW0508621899341205101037	Acelga/Couve Chinesa	Kg	127	R\$ 1,05	R\$ 133,35
	Agrião	Kg	185	R\$ 3,00	R\$ 555,00
	Abóbora	Kg	120	R\$ 0,70	R\$ 84,00
	Batata Doce	Kg	310	R\$ 1,23	R\$ 381,30
	Batata Inglesa	Kg	2100	R\$ 0,90	R\$ 1.890,00
	Brócolis	Kg	1560	R\$ 3,30	R\$ 5.148,00
	Espinafre	Kg	170	R\$ 2,40	R\$ 408,00
	Limão Rosa	Kg	250	R\$ 1,00	R\$ 250,00
	Repolho Orgânico	Kg	231	R\$ 0,65	R\$ 150,15
TOTAL					R\$ 8.999,80

AGRICULTOR FAMILIAR – Nº DAP	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Celso Aparecido Solek SDW0572171659202202111145	Beterraba (orgânica)	Kg	400	R\$ 1,70	R\$ 680,00
	Couve-flor (orgânica)	Kg	372	R\$ 2,22	R\$ 825,84
	Morango (orgânico)	Kg	900	R\$ 8,00	R\$ 7.200,00
	Repolho (orgânico)	Kg	450	R\$ 0,65	R\$ 292,50
TOTAL					R\$ 8.998,34

AGRICULTOR FAMILIAR – Nº DAP	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Damiano Kiyomi Umezaki SDW0192417989041305100352	Pepino	Kg	600	R\$ 1,26	R\$ 756,00
	Vagem	Kg	500	R\$ 1,80	R\$ 900,00
TOTAL					R\$ 1.656,00

AGRICULTOR FAMILIAR – Nº DAP	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Francisco Konageski SDW0000553299001205100425	Abobrinha menina	Kg	600	R\$ 1,30	R\$ 780,00
	Alface média	Kg	1500	R\$ 1,85	R\$ 2.775,00
	Beterraba (orgânica)	Kg	459	R\$ 1,70	R\$ 780,30
	Batata Doce	Kg	310	R\$ 1,23	R\$ 381,30
	Batata Inglesa	Kg	2050	R\$ 0,90	R\$ 1.845,00
	Cheiro Verde	Kg	150	R\$ 5,75	R\$ 862,50
	Chuchu	Kg	450	R\$ 1,10	R\$ 495,00
	Milho Verde	Kg	600	R\$ 1,80	R\$ 1.080,00
TOTAL					R\$ 8.999,10

AGRICULTOR FAMILIAR – Nº DAP	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lutero Barreto Souza SDW0025590569681003110907	Acelga/Couve chinesa	Kg	125	R\$ 1,05	R\$ 131,25
	Alface média	Kg	500	R\$ 1,85	R\$ 925,00
	Brócolis	Kg	1144	R\$ 3,30	R\$ 3.775,20
	Cebola	Kg	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
	Cenoura	Kg	1800	R\$ 1,50	R\$ 2.700,00
	Couve-flor (orgânica)	Kg	154	R\$ 2,22	R\$ 341,88
	Laranja lima	Kg	240	R\$ 1,50	R\$ 360,00
	Repolho (orgânico)	Kg	154	R\$ 0,65	R\$ 100,10
	Rúcula	Kg	50	R\$ 3,30	R\$ 165,00
	TOTAL				

AGRICULTOR FAMILIAR – Nº DAP	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Silvestre Machado Gonçalves SDW0532379789491003110227	Feijão Preto/Carioca	Kg	3200	R\$ 1,70	R\$ 5.440,00
	Mandioca/Aipim	Kg	500	R\$ 2,10	R\$ 1.050,00
	Mandioquinha Salsa	Kg	835	R\$ 3,00	R\$ 2.505,00
TOTAL					R\$ 8.995,00

Totalizando **R\$ 46.646,67** (quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), processo administrativo nº 704/2011, chamamento público nº 003/2011, procedendo-se nos moldes do parecer ali exarado e do edital de chamamento.

Publique-se de acordo com as determinações legais.

Pirai do Sul, 20 de abril de 2011

  
ANTONIO EL ACHKAR  
Prefeito Municipal

Visite e acesse o Diário Oficial Online!

[www.piraidosul.pr.gov.br/diario](http://www.piraidosul.pr.gov.br/diario)



Visite e acesse o Diário Oficial Online!

[www.piraidosul.pr.gov.br/diario](http://www.piraidosul.pr.gov.br/diario)

